

investidos na construção do Centro Administrativo, afirma que quem é contrário ao Projeto, com certeza não conhece o Programa. Falou que o restante do valor podia ser utilizado para a compra de veículos populares destinados à fiscalização, compra de materiais permanentes de escritórios, dar curso de aprimoramento para Servidor Público. Também, que através do próprio recurso do Programa BNDS PMAT tinha previsibilidade de aplicação de recurso até o valor de 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para melhoramento da estrutura do estacionamento de Jericoacoara; como modernização de sistemas informatizados, cancelas eletrônicas, para maior controle e rendimento de resultados. Esclareceu que o motivo do Pedido da Urgência do Projeto se justificava pelo fato de que a prefeitura tinha o prazo até o mês de março para se inscrever no Programa. E só poderia se inscrever se tivesse autorização da Câmara Municipal. Prosseguindo, explicou que depois que a Câmara Municipal autorizasse a Contratação, aí sim, teria que mandar o Projeto com toda a substância de cálculos, com Projeto Arquitetônico e Engenharia e com Plano de Trabalho. Acha muito importante sair das amarras de aluguel. O Vereador Claudionor se manifestou a favor dos Projetos de Lei nº 10/2017; 11/2017 e declarou-se contra o Projeto de Lei nº 14/2017 por não vislumbrar clareza de detalhes na propositura, a não ser, que o mesmo viesse de forma especificada.

Ordem do Dia: Ao iniciar a segunda parte da Sessão, todas as Proposituras contidas na Pauta se colocavam em regime de Urgência. Leitura, discussão da **Mensagem nº 09/2017** e do seu **Projeto de Lei nº 09/2017** – Dá nova redação ao Artigo 180 da Lei Complementar nº 107/2015. Posto em votação o Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade. Leitura, discussão da **Mensagem nº 14/2017** e do seu **Projeto de Lei 10/2017** – Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 5º da lei nº 289 de 30 de dezembro de 2010, na forma que indica e dá outras providências. Após votação, o Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade. Leitura, discussão da Mensagem e do seu **Projeto de Lei nº 11/2017** – Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana – IPTU, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Criando o Regime de Recuperação Fiscal de Jijoca de Jericoacoara- REFIS, e dá outras Providências. O Pedido de Urgência do Projeto foi aprovado por unanimidade. Leitura, discussão do **Projeto de Lei nº 12/2017** – Dispõe Sobre a Reestruturação Administrativa da Câmara Municipal e Dá outras Providências. Sintetizada a discussão pelo Vereador Presidente, o Pedido de Urgência foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Leitura, discussão da Mensagem e do seu **Projeto de Lei nº 013/2017** – Altera a lei nº 343/2013 de 22 de janeiro de 2013 e dá outras providências. O Pedido de Urgência foi aprovado por 06 (seis) votos a favor e 04 (quatro) votos contra, dos Vereadores: Keille Brandão, Roberto Canuto, Daniel do Baixio e Claudionor Tratores. Em seguida, o Presidente encaminhou todos os Projetos de Lei discutidos, com seus respectivos Pedidos de Urgências Aprovados em Plenário para as comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Tributação para análise e emissão de

Pareceres. E de forma Regimental, suspendeu a Sessão por um intervalo de 30 (trinta) minutos, o qual foi prorrogado por mais 15 (quinze) minutos a pedido das Comissões para concretização dos Pareceres. Reiniciado os trabalhos da Sessão, o senhor Presidente colocou em votação o Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Tributação referente ao **Projeto de Lei nº 09/2017** que foi aprovado por unanimidade e da mesma forma o seu respectivo Projeto de Lei. Leitura e votação do Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Tributação referente ao **Projeto de Lei nº 10/2017** o qual foi aprovado juntamente com seu respectivo Projeto de Lei, tendo o seguinte resultado: 09 (nove) votos a favor e 01(um) votam contra, do vereador Daniel do Baixio. Leitura e votação do Parecer conjunto das Comissões de Constituição Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Tributação referente ao **Projeto de Lei nº 11/2017**, o mesmo foi aprovado junto ao seu respectivo Projeto de Lei por unanimidade. Na seqüência, feita a leitura do Parecer do **Projeto de Lei nº 12/2017** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde seus membros se manifestaram favoráveis ao trâmite da matéria no Plenário, o mesmo foi posto em votação e obteve-se o presente resultado: 06 (seis) votos a favor e 04 (quatro) votos contra, dos vereadores Keille Brandão, Claudionor Tratores, Roberto Canuto e Daniel do Baixio. Leitura e votação do Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, onde seus membros se manifestaram desfavoráveis ao trâmite da matéria, posto em votação obteve-se o seguinte resultado: 04(quatro) votos a favor e 06 (seis) votos contra, dos Vereadores Normendio de Carvalho, Raimundo Pedro de Araujo, José Nelcivando Teixeira, José Vandevá da Silva, Cleângela Oliveira Sousa e José Jair Silva de Vasconcelos. Posto em votação o seu Respetivo Projeto de lei, foi aprovado obtendo-se o seguinte resultado: 06 (votos) a favor e 04(quatro) votos contra, dos Vereadores: Roberto Canuto, Keille Brandão, Daniel do Baixio e Claudionor Tratores. Leitura e votação do Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento e Tributação, e de seu respectivo Projeto de Lei nº 13/2017. Posto em votação, o Parecer e seu respectivo Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. Leitura e votação do Parecer do Projeto de Lei nº 14/2017 da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sobre o qual seus membros se manifestaram favoráveis pelo trâmite da matéria. Posto em votação computou-se o seguinte resultado: 06 (seis) votos a favor e 04 (quatro) votos contra, dos Vereadores Keille Brandão, Roberto Canuto, Claudionor Tratores e Daniel do Baixio. Leitura e votação do Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, do projeto de Lei nº 14/2017, sobre o qual, seus membros se manifestaram desfavoráveis ao Trâmite da matéria. Posto em votação alcançou-se o seguinte resultado: 04 (quatro) votos a favor e 06 (seis) votos contra, dos Vereadores Normendio de Carvalho, Raimundinho Torquato, Cleângela Marçal, Louro Bernaudino, Brancoso e Jair Silva. Posto em votação o seu respectivo Projeto de Lei foi aprovado por 06 (seis) votos a

